

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2021

(Do Sr. Danilo Cabral)

Solicita informações ao Ministro de Estado da Economia, Senhor Paulo Guedes, referente ao fechamento de agências e ao Plano de Demissão Voluntária (PDV), anunciado pelo Banco do Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Economia, Senhor Paulo Guedes, referente ao fechamento de agências e ao Plano de Demissão Voluntária (PDV), anunciado pelo Banco do Brasil.

Para efeito de cumprimento do presente requerimento, solicito que sejam respondidas detalhadamente as seguintes perguntas:

1. Quais unidades e quais municípios serão impactados pelo fechamento das 112 agências, 242 postos de atendimento (PA) e sete escritórios, num total de 361 unidades, anunciados pelo Banco do Brasil, no dia 11 de janeiro de 2021?
2. Quantas pessoas são atendidas anualmente nas 361 unidades do Banco do Brasil, que serão fechadas?
3. Como o Banco do Brasil assegurará atendimento adequado para a população que utilizava essas unidades?
4. Quantos empregos, considerando todos os prestadores de serviço, serão diretamente impactados pelo fechamento das unidades do banco?

5. Existe algum estudo de impacto econômico do fechamento das unidades para as regiões em que estão localizados? Se sim, qual será esse impacto?

JUSTIFICAÇÃO

No dia 11 de janeiro de 2021, o Banco do Brasil anunciou o fechamento de 112 agências, 242 postos de atendimento (PA) e sete escritórios, num total de 361 unidades (ainda não foi anunciado os locais), no primeiro semestre de 2021.

O banco também anunciou a abertura de programa de demissão voluntária, que vai até fevereiro, com a meta de desligar de pelo menos 5 mil pessoas das instituição.

Nos últimos quatro anos, a rede de atendimento do Banco do Brasil tem sido desmontada. São 17.758 empregos cortados e 1.058 agências fechadas, entre o início de 2016 e o terceiro trimestre de 2020.

Ao fechar agências, priorizando o atendimento eletrônico, o Banco do Brasil dificulta o acesso dos mais idosos e dos que têm baixa escolaridade, não familiarizados com as novas tecnologias, e até mesmo os micro e pequenos empresários, donos de bares, restaurantes e pequenos supermercados que ainda utilizam os caixas do BB para o depósito de malotes de dinheiro.

Ressalte-se que ainda é precário o acesso à internet no interior do país. Segundo a pesquisa TIC-Domicílios/2019, na zona rural brasileira 48% dos domicílios não têm acesso à internet, sendo que 39% dos indivíduos nunca acessaram a internet.

O fechamento de agências distantes dos centros urbanos dificultará ao acesso aos agricultores familiares que dependem do crédito do banco. 55% de todo o crédito da agricultura familiar é proveniente do BB.

Registrando lucros exorbitantes, os balanços financeiros do Banco do Brasil demonstram que não há necessidade de adotar medidas tão duras. Entre 2016 e 2019, o lucro líquido ajustado do BB apresentou crescimento de 122%. Era de R\$ 8,033 bilhões em 2016 e subiu para R\$ 17,848 bilhões em 2019(o dado completo de 2020 ainda não foi divulgado). No mesmo período as receitas de tarifas e prestação de serviços do banco cresceram 22% passando de R\$ 24 bilhões para R\$ 29,2 bilhões.

Dados Banco do Brasil								
Itens Estruturais	1º tri/2016	4º tri/2016	4º tri/2017	4º tri/2018	4º tri/2019	3º tri/2020	Varição Absoluta	Varição Relativa
Funcionários	109.864	100.622	99.161	96.889	93.190	92.106	-17.758	-16%
Agências	5.428	5.440	4.770	4.722	4.356	4.370	-1.058	-19%
Clientes	63.889.582	64.798.328	66.017.425	67.362.552	70.169.487	73.373.663	9.484.081	15%
Resultado	2016	2017	2018	2019	Varição Relativa	Fonte: Demonstrações Contábeis Banco do Brasil		
Lucro Líquido Ajustado (R\$ Mil)	8.033.556	11.060.000	13.513.000	17.848.000	122%			
Receita de Tarifas (R\$ Mil)	24.003.921	25.941.416	27.414.692	29.208.671	22%			

O fechamento de unidades e as demissões desconsideram a realidade brasileira e as necessidades da população. O Banco do Brasil, que é controlado pela União, não pode abdicar de sua função social para aumentar a remuneração de seus acionistas privados.

Dessa forma, faz-se necessário que o Ministro esclareça as motivações das medida adotadas e de que forma se pretende assegurar o atendimento adequado da população.

Brasília, 12 de janeiro de 2021

Deputado Danilo Cabral

PSB/PE

